



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0311749-5- 1ª Vara da Comarca de Ouricuri-PE

Impetrante: Rivaldo Ramalho Júnior E OUTRO
Paciente: Francisco Vitorino da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procurador: Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. ORDEM CONCEDIDA.

1- Constando que o paciente tinha mais de 70 (setenta) anos de idade à época da pronúncia, reduz-se a metade o prazo prescricional nos termos do art. 115 do Código Penal, devendo ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva entre a data do recebimento da denúncia e a prolação da pronúncia.

2- *Habeas Corpus* concedido para decretar extinta a punibilidade de FRANCISCO VITORINO DA SILVA no feito n.º 0000007-48.1987.8.17.1020, ante a prescrição da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 109, I, e 115, do Código Penal. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0311749-5, da 1ª Vara de Ouricuri-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 29/09/2013, conceder a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 03 de Setembro de 2013.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0311749-5- 1ª Vara da Comarca de Ouricuri-PE

Impetrante: Rivaldo Ramalho Júnior E OUTRO
Paciente: Francisco Vitorino da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procurador: Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelos Béis. Rivaldo Ramalho Júnior e Franklin Freire de Aquino Bezerra em favor de Luiz Francisco Vitorino da Silva, por meio da atilada de fls. 02/12, pronunciado pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, I, do Código Penal. Apontam como autoridade coatora o MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Ouricuri.

Alegam que o paciente foi denunciado em 07/11/1996 pela suposta prática de homicídio ocorrido em 14/06/1987, tendo a denúncia sido recebida em 08/11/1996 e a pronúncia prolatada em 06/03/2013.

Asserem que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva entre o recebimento da denúncia e a publicação da pronúncia, pois sendo o paciente no momento da sentença de pronúncia maior de 70 (setenta) anos de idade, o prazo prescricional deve ser reduzido à metade.

Indeferido o pedido de liminar à fl. 200, a autoridade tida como coatora prestou informações, à fl. 206, esclarecendo que a denúncia foi recebida em 08/11/1996 e a pronúncia foi prolatada em 06/05/2013, não estando o crime de homicídio qualificado alcançado pela prescrição.

A d. Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 210/211, opina pela concessão da ordem entendendo que, contando o paciente com mais de setenta anos de idade ao tempo da sentença de pronúncia, o prazo prescricional deve ser reduzido a metade, devendo ser declarada extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição entre o recebimento da denúncia e a pronúncia, nos termos dos arts. 115 e 109, I, do Código Penal.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

Sabe-se que, tratando-se de crime previsto no art. 121, §2º, I, do Código Penal, cuja pena máxima prevista em abstrato é de 30 (trinta) anos de reclusão, o prazo prescricional é de 20 (vinte) anos, nos termos do art. 109, I, do Código Penal.

Ocorre que, contando o paciente, na data da prolação da pronúncia, com 73 (setenta e três) anos de idade, conforme se vê às fls. 13 (cópia da certidão de casamento) e 43 (auto de qualificação e interrogatório), deve ser aplicado o art. 115 do Código Penal, que prevê a redução à metade dos prazos de prescrição quando o criminoso é, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, restando o prazo prescricional para o presente feito reduzido para 10 (dez) anos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0311749-5- 1ª Vara da Comarca de Ouricuri-PE

No caso em comento, vê-se nas informações do MM. Juiz *a quo* (fl. 206), que a denúncia foi recebida em 08/11/1996, termo *a quo* do prazo prescricional, e a pronúncia foi prolatada em 06/05/2013, ou seja, decorridos mais de 10 (dez) anos.

Observe, ainda, que inexistiu qualquer suspensão do prazo prescricional neste ínterim, tendo o MM. Juiz bem procedido à fl. 71, afirmando ser inaplicável ao caso a regra do art. 366 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 9.271/96, que prevê a suspensão do prazo prescricional, visto que o fato criminoso ocorreu em 14/06/1987.

Isso porque na época do fato delituoso, caso o réu fosse citado por edital, não havia suspensão do processo e do prazo prescricional. O processo prosseguia regularmente até eventual sentença de pronúncia, quando era imprescindível a intimação pessoal do acusado, consoante a regra então vigente.

Assim, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, cujo aresto segue abaixo, a nova redação do art. 366 do Código de Processo Penal, dada pela Lei nº 9.271/96, não se aplica aos processos iniciados antes da sua vigência, já que a suspensão do curso do prazo prescricional (regra de direito material) é prejudicial ao réu.

STF - HC - competência originária. Não pode o STF conhecer originariamente de questões suscitadas pelo impetrante e que não foram antes submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. II. Citação por edital e revelia: L. 9.271/96: aplicação no tempo. Firme, na jurisprudência do Tribunal, que a suspensão do processo e a suspensão do curso da prescrição são incidíveis no contexto do novo art. 366 CPP (cf. L. 9.271/96), de tal modo que a impossibilidade de aplicar-se retroativamente a relativa à prescrição, por seu caráter penal, impede a aplicação imediata da outra, malgrado o seu caráter processual, aos feitos em curso quando do advento da lei nova. Precedentes. (...) (HC 83864, Rel.Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, j. 20/04/2004)

Desse modo, corroboro com o entendimento adotado pelo d. Procurador de Justiça, à fl. 211, no sentido de que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva no presente *writ*.

Ante o exposto, voto no sentido de conceder a ordem, para decretar extinta a punibilidade de FRANCISCO VITORINO DA SILVA no feito de nº 0000007-48.1987.8.17.1020, ante a prescrição da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 109, I, e 115, do Código Penal.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator